



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA N.º 06/18, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira Carvalho
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas 9 horas e 30 minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião com o período anterior ao do “Antes da Ordem do Dia”, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não se registando público na Reunião, o Senhor Presidente da Câmara passou, de imediato, ao período seguinte, em cumprimento do artigo n.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Na sua intervenção e após apresentar cumprimentos a todos os presentes na reunião, o Senhor Presidente da Câmara, começou por destacar as cerimónias



CÂMARA MUNICIPAL

que decorreram na passada quarta-feira, dia 21 de março, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, relativas à assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e o Turismo do Centro, no âmbito do projeto "Requalificação da Praia Fluvial da Ronqueira", da freguesia de Mouronho e a apresentação do projeto "Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-fi", onde a Secretária de Estado do Turismo e a Presidente da CCDRC marcaram presença.

Ainda no mesmo dia e a acrescentar a estas cerimónias, destacou igualmente a assinatura do Contrato do Hotel de Tábua, entre a Turismo de Fundos e o Grupo Luna Hotéis, que decorreu no edifício do Hotel, também na presença de Sua Ex.a a Senhora Secretária de Estado do Turismo, entre outras entidades e individualidades, informando ser intenção da empresa reabri-lo o mais breve possível.

No âmbito dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, deu nota, face ao que lhe foi comunicado na passada sexta, pela Senhora Presidente da CCDRC, que foi lançado o concurso público para a reconstrução das primeiras habitações do concelho de Tábua.

Por último, fez referência à Final do Concurso Municipal de Ideias de Negócio da CIM Região de Coimbra que, no este ano, decorreu em Oliveira do Hospital, onde marcou presença e no qual foram apresentados projetos bastante criativos que, provavelmente, em termos de empreendedorismo, vão ter sucesso tendo o Agrupamento de Escolas de Mortágua alcançado o 1.º lugar, o Município de Oliveira do Hospital o 2.º lugar e Vila Nova de Poiares o 3.º. Por isso, felicitou todos os alunos/jovens pela sua capacidade de inovar, sem esquecer a EPTOLIVA que tem sido líder nestes projetos, deixando, portanto, uma palavra de reconhecimento aos alunos/jovens das nossas escolas e respetivos professores que se têm distinguido face aos trabalhos apresentados.

Nada mais havendo a acrescentar, deu por terminada a sua intervenção passando a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Q' and 'H'.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

No uso da palavra o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, iniciou a sua intervenção apresentando um cumprimento global a todos os presentes.

Da atividade municipal desenvolvida pelo Município, começou por abordar, algumas questões das quais o Município fez parte, designadamente, a participação da Escola Municipal de Natação de Tábua na "5ª. Concentração", no âmbito da estratégia que tem na participação de todos os alunos que estão a aprender as modalidades e que transitam para a equipa de pré-competição, tendo neste contexto, atingido 151 pontos naquilo que são as suas participações no Circuito Municipal de Escolas de Natação.

No âmbito da estratégia de dinamização do Mercado Municipal, fez referência à edição de troca de sementes e plantas promovida pela Beira Grass Roots e apoiada pelo Município, que decorreu no mesmo, no passado sábado, dia 24 de março e que, este ano, teve um cariz de sentido comunitário porque visou, sobretudo, a partilha de plantas pelas pessoas que também perderam os seus jardins e outras áreas, nomeadamente, as florestas no âmbito dos incêndios.

Sobre a Audição de Páscoa dos alunos do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Tábua, levada a efeito no Centro Cultural, nos dias 20 e 21 de março, referiu que sendo uma atividade de Enriquecimento Curricular da responsabilidade do Município, este ano englobou mais uma área de dança, a somar à atividade física desportiva, ao Inglês, às iniciativas que estão inerentes à parte da Biblioteca e à música que, nestes dois dias, apresentaram o reportório repleto junto com a brilhante orquestra composta por alunos do CMAD e da orquestra da Academia Artística de Tábua.



CÂMARA MUNICIPAL

Seguidamente e, também, na estratégia de ocupação de tempos livres levada a cabo pelo Município de Tábua, informou que decorreu no dia 25 de março uma iniciativa, inserida no Projeto Tábua Play English, que teve por objetivo uma caça aos ovos da Páscoa que se juntou às “Histórias da Páscoa” e à “Caça ao Ovo da Páscoa”, naquilo que é o enriquecimento e demais atividades para que todos os alunos e as crianças que estão em período de férias possam tirar proveito destas atividades de uma forma ativa de casa.

A propósito de atividades, destacou também a Caminhada da Primavera inserida no projeto “Do-U-Sport”, que se realizou no passado dia 25 de março, um projecto estrangeiro que envolve o Município de Tábua, o Município de Torres de Las Costillas e Mielec e que visa, sobretudo, implementar a prática de desporto em família, num projeto a nível da comunidade europeia.

Também, em sede de desporto, referiu, que no dia 17 de março findo, o Estádio Municipal foi palco da vitória da RTP, recebendo a fase final da taça MédiaCup da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, um encontro em que todos os jornalistas puderam participar.

Ainda, a respeito das AEC's referiu que no dia 24 de março decorreu o “X Torneio de Atletismo da Atividade Física e Desportiva”, com várias provas, salientando que, este ano, para comemorar os dez anos, foi efetuado o convite a todos os escalões de alunos que participaram desde a primeira edição, havendo portanto, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Tábua, uma série de atividades, nomeadamente, na área do atletismo como Lançamento de Peso, Corrida de Velocidade, Lançamento do Vortex, Corrida de Barreiras, Corrida de 1 Km e Salto em Altura, que permitiu que todos os alunos pudessem participar no torneio.

Quanto à Sessão de esclarecimento levada a efeito junto das Associações do concelho, sobre a temática “Segurança Contra Incêndios em Edifícios”, deu nota que na sequência da mesma, algumas associações já se deslocaram aos Serviços da Câmara a fim de articularem e definirem estratégias para a implementação das medidas de autoproteção necessárias e outras.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Reportando-se às cerimónias realizadas no dia 21 de março já referidas pelo Senhor Presidente da Câmara disse associar-se às palavras por ele proferidas, reforçando " *que foi um dia extremamente importante para o turismo em Tábua mas, também, para o futuro a nível económico, face aos investimentos que foram assinalados e verificados mas, sobretudo, o desígnio da abertura do Hotel de Tábua, que permite obviamente ter uma alavanca naquilo que é estratégia da promoção do turismo na região*".

Ainda no uso da palavra e para finalizar, deu conhecimento que o Boletim Municipal respeitante ao segundo semestre do ano 2017, já está a circular e a chegar às caixas do correio de todos os munícipes, como vem sendo hábito, mas desta vez acompanhado do suplemento Renascer Tábua, que congrega tudo aquilo que foi feito pelos Serviços de forma discreta e concreta, no âmbito dos incêndios.

Concluiu a sua intervenção, dando nota de ter estado com o Senhor Presidente em Caldas da Rainha, na apresentação do livro da autoria de Mário Lino "Flashes de um Abraço - Caldas da Rainha e Tábua abraçadas por José da Costa Morgado", que já tinha integrado a programação da XXIX Feira do Queijo, do Pão, dos Enchidos e do Mel e IX Mostra de Gastronomia e Artesanato, do concelho de Tábua, realizada no Pavilhão Multiusos de Tábua, nos dias 3 e 4 de março, face aos laços que unem os dois Municípios, fruto da investigação efetuada pelo referido autor, a partir da fachada do edifício da nova Padaria Taboense fundada pelo padeiro tabuense oriundo de Sinde, José da Costa Morgado.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.^a SÍLVIA FERREIRA:

Após saudar os presentes, deu nota que no dia 20 do mês em curso a Federação Portuguesa de Futebol deu entrada do projeto de António Mendes Lucas, relativo a uma moradia que ardeu nos incêndios de 15 de outubro de 2017, na localidade de Covelo de Baixo.

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Também, neste âmbito e de acordo com o que lhe foi transmitido na reunião tida no dia 16 de março com a empresa MAP, construtora da Escola de Todos Nós, informou que a mesma que já tem o projeto da estrutura para poder iniciar as obras.

Concluiu a sua intervenção dando conhecimento da reunião tida, na manhã do dia de hoje, nos Serviços da Ação Social com uma representante da Associação de Paralisia Cerebral, relacionada com o pedido de ajuda solicitado por um casal, em cujo seio familiar existe uma menina com paralisia cerebral, transmitindo a esse respeito que vão ser ajudados a nível do local, onde devem edificar a moradia completamente adaptada às dificuldades da criança.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Após apresentar cumprimentos a todos os presentes na reunião, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira deu nota, que no passado dia 17 março foi levada a cabo mais uma sessão de esclarecimento com o intuito de esclarecer a tramitação processual a seguir por todas as pessoas que apresentaram projetos na área das candidaturas agrícolas, nomeadamente, no que concerne à apresentação de documentos necessários para aprovação das mesmas, tendo-se registado a presença de cerca de 20 pessoas e que, em seu entender, foi uma sessão bastante proveitosa para eles.

Seguidamente e como forma de assinalar o “Dia Mundial da Árvore”, referiu que no dia 22 de março, foi levada a efeito, numa ação conjunta com a Fundação Sarah Beirão e a Farmácia Simões Ferreira, a iniciativa de plantação de cerca de 200 carvalhos, pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Tábuia e do Pólo de Tábuia da EPTOLIVA.

Também e dentro de um espírito solidário, deu nota que no passado dia 20 março, os alunos do Jardim de Infância e do 1º. Ciclo de Midões, foram visitados por cerca de 90 alunos oriundos o Colégio Nova Apostólica de Carcavelos, que não só distribuíram prendas pelas crianças da “Escola de Todos Nós”, que foram



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

afetadas pelos incêndios, como também participaram na iniciativa da plantação de árvores que foi levada a efeito, depois do almoço.

Ainda, no âmbito do incentivo à reflorestação, informou que no passado dia 25 de março, um grupo de escuteiros da Ramada e de Caneças, se deslocou a Tábua, para uma visita às zonas adidas, organizada em colaboração com a União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, que, também, culminou com a plantação de cerca de 200 pinheiros bravos, em Covas, facto evidenciador de que a Câmara tem apoiado todas as solicitações efetuadas por várias instituições que manifestam disponibilidade e interesse em vir ajudar, não só os privados mas também com a parte pública.

Relativamente às limpezas e ao uso do fogo, informou que as sessões de esclarecimento tiveram o seu término no dia de ontem e que das 20 sessões realizadas, se registou a presença de cerca de 1300 pessoas, considerando ter sido uma iniciativa muito pertinente, apoiada pelo município e por todas as Juntas/ Uniões de Freguesia, às quais deixa o seu reconhecimento pelo empenho tido na angariação e na sensibilização das pessoas para estarem presentes.

Em sede de representatividade, referiu ter marcado presença nas iniciativas realizadas pela Comissão de Melhoramentos de Meda de Mouros, no passado dia 24 de março, designadamente, na inauguração de uma cozinha típica antiga e na retratação da Palheira, uma tradição oriunda da zona de Meda de Mouros e de Pinheiro de Coja, abrilhantadas pelo Grupo de Cavaquinhos da Academia Sénior do Município, felicitando quer a referida coletividade pelo enriquecimento dado ao seu património, como também à União de Freguesias de Pinheiro de Coja e de Meda de Mouros pelo forte apoio que tem dado à mesma.

Seguidamente e sendo testemunha do esforço que foi encetado para que os projetos da Praia Fluvial da Ronqueira, e do Hotel de Tábua, fossem uma realidade, felicitou o Município e Tábua, nomeadamente, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, estando convicto que estas duas obras vão contribuir para o renascimento de Tábua, tendo em conta a tragédia que afetou o concelho.



CÂMARA MUNICIPAL

Finalizou a sua intervenção, desejando a todos os presentes uma Boa Páscoa.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

Após apresentar cumprimentos ao Senhor Presidente, Senhores Vereadores, elementos do secretariado e comunicação social, presentes na reunião, o Senhor Vereador, Dr. António Martins usando da palavra e na sua intervenção disse o seguinte: *"a convite do Senhor Presidente da Câmara, estive presente na cerimónia de assinatura do Protocolo de Colaboração estabelecido entre a Câmara Municipal e o Turismo do Centro, no âmbito do Projecto de Requalificação da Praia Fluvial da Ronqueira e também na assinatura do contrato de gestão e exploração do Hotel Turismo de Tábua, que se realizou entre o Turismo de Fundos e o Grupo Luna, ambas as ações na presença da Senhora Secretária de Estado do Turismo, Dra. Ana Mendes Godinho. Congratulo-me pela assinatura destes documentos, sentimento que acho que terão todos os tabuenses. Faço votos sinceros de que estes dois projetos saiam do papel o mais rapidamente possível, para bem de Tábua e dos tabuenses, devendo o Município interceder junto de quem de direito, em minha opinião, para que seja acautelada no processo de construção e reconstrução, a contratação de empresas do concelho, de mão-de-obra do concelho, penso que será uma mais-valia ainda acrescida. A este respeito, da questão do Hotel, gostaria de saber qual foi o papel do Município, relativamente ao contrato estabelecido entre o Grupo Luna e a Turismo de Fundos. Foram ações de mero mediador, estando aí esgotada a intervenção do Município nesta obra e, também, na certeza de que o Senhor Presidente conhecerá o contrato, se pode aqui esclarecer por quantos anos foi feita esta parceria, se é que assim se pode dizer ou foi vendido o Hotel e, também, já agora quais as melhorias que o Hotel irá sofrer para ser transformado em Hotel com a valência de quatro estrelas, se assim o souber, evidentemente. E*



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

quais as verbas envolvidas também nesta parceria. E, por último, o que toda a gente aguarda é se, há alguma perspetiva de quando é que o hotel será reaberto.

Relativamente, à colaboração entre a Câmara Municipal de Tábua e o Turismo do Centro para as obras da Praia Fluvial da Ronqueira e na medida em que já são públicas as verbas envolvidas e a dificuldade, também, de estar em funcionamento para o próximo verão, resta-nos, de facto, termos acesso ao Protocolo que foi assinado, para termos um conhecimento mais aprofundado e que, penso que será do interesse da população, em geral”.

A respeito do referido Protocolo, entregou um requerimento a solicitar cópia do mesmo, de forma a que “*não caia no esquecimento*”, como observou.

De seguida e mudando de assunto, “*gostaria de perguntar se me podem dizer quando é que ocorreu a última reunião do Conselho Municipal de Educação que, segundo dados constantes no portal do município foi em 19/11/ 2015 mas, de certeza, que deverá haver reuniões posteriores a esta, até no seguimento do que está prescrito legalmente*”.

“*A mesma pergunta também faz, relativamente à última reunião do Conselho Municipal de Segurança, um órgão que tem a importância que todos sabemos ao nível da produção de pareceres quanto à capacidade operacional das forças de segurança do município, quanto ao funcionamento da proteção civil, a situação socio-económica municipal, os resultados da sinistralidade, a rodoviária municipal, são dados que, de facto, me parecem demasiado importantes e estando aqui há praticamente meio ano e, de facto, desconhece, o funcionamento deste órgão*”.

Por último e em relação ao assunto já aqui trazido pelos Vereadores do PSD, relativo à limpeza das fossas pelos serviços municipais e a gratuidade que o Senhor Presidente disse que existia na aldeia de Alvoeira, questionou “*se esta medida já foi generalizada a outras localidades que não sejam servidas por rede de esgotos? E, se sim, se é de facto, esse o mesmo critério? Ou seja, localidades que não são servidas por redes de esgotos terem três limpezas anuais gratuitas das suas fossas*”.



CÂMARA MUNICIPAL

Concluiu a sua intervenção, voltando à questão do Provedor do Município e não querendo ser fastidioso com esta questão, referiu " *eu queria que o Senhor Presidente, na medida do possível, nos especificasse as datas e as fases que nos restam até, de facto, ao Provedor estar em funções, porque fica na dúvida, quando vejo no site que têm de ser feitas marcações, para o Provedor do Município, quando pensávamos que tivesse sido aprovado. Ficou esclarecido, na última reunião, que ainda não estava em execução o Regulamento Municipal. Não percebo em que data saiu o Boletim Municipal e isto, para sabermos se, de facto, ainda está em consulta pública ou não e que é útil para sabermos estes procedimentos e em que situação se encontram atualmente*".

Para responder às questões colocadas, interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que " *quando se refere que devemos ter a preocupação de contratar empresas locais, obviamente que temos. Mas, há uma coisa que se chama Lei da Contratação Pública e que não permite que façamos esse tipo de opções. Temos que lançar concurso público, temos regras claras e muito rigorosas que têm de ser cumpridas, caso contrário o Tribunal de Contas não visa os contratos. Neste caso não está sujeito a Visto face ao valor, mas o procedimento é o mesmo e até seria bom que houvesse uma empresa local que pegasse neste processo, mas de qualquer modo, isso não depende de nós*".

Sobre o Hotel a situação é diferente e a informação que tenho é que o Grupo Luna, gostaria que o investimento ficasse no concelho e no limite na região, e relativamente à questão das quatro estrelas, explicou que os investimentos que vão fazer têm de cumprir aquilo que são as exigências do Turismo, em termos de classificação do hotel e, como quem vai fazer essa avaliação são entidades do Turismo, só a eles compete aferir se têm ou não qualidade para isso. E, a esse respeito, adiantou ser intenção do Grupo Luna que o hotel tenha quatro estrelas, à semelhança dos outros hotéis do Grupo.

Quanto às verbas envolvidas, pela informação que detém, ascendem no global a 2,5 milhões de euros e o contrato que foi celebrado, daquilo que tem



CÂMARA MUNICIPAL

conhecimento, é um arrendamento com opção de compra, desconhecendo por quantos anos, dado que a Câmara não é parte interveniente.

Relativamente à reabertura do mesmo, disse ser conhecedor apenas de que pretendem efetua-la o mais breve possível, desde que tenham as obras concluídas e com qualidade, facto de que foi dado nota na cerimónia do passado dia 21 de março, na presença da Senhora Secretária de Estado do Turismo, da Presidente da CCDRC e outras entidades.

No que respeita à Praia Fluvial da Ronqueira, informou que não haverá possibilidade de ela funcionar, no período de verão deste ano. Contudo, já lá existe uma plataforma instalada, destinada ao desporto, designadamente, na área da canoagem e que já está a ser utilizada pelo Agrupamento de Escolas juntamente com o núcleo de desporto náutico.

Sobre o Conselho Municipal de Educação, disse não poder precisar quando reuniu, mas que o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz poderá responder a isso.

Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, informou que foi constituído no último mandato mas que, efetivamente, nunca funcionou, havendo algumas pessoas que nem sequer tinham tomado posse e que foi um assunto uma ou duas vezes questionado pelo Senhor Fernando Carvalho Andrade, na Assembleia Municipal. Contudo, agora está convicto que este órgão de extrema importância vá funcionar em pleno, uma vez que o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, como Presidente do mesmo, com os conhecimentos e a capacidade que detém nesta área vai, com toda a certeza, envolver-se de modo a que seja realmente uma realidade.

No tocante à limpeza de fossas, informou *“não haver aplicação noutras localidades até porque, no caso da situação de Alvoeira, uma das coisas que foi acordado é que as pessoas têm de pagar a respetiva taxa. As pessoas não ficam isentas de taxas. Para poder ter limpezas gratuitas, as pessoas vão de ter de pagar a taxa mensal. Ao passo que onde não há rede de saneamento ou as casas não estão abrangidas por rede de saneamento ou não têm a possibilidade de*



CÂMARA MUNICIPAL

drenar as águas porque muitas das vezes é preciso que os proprietários tenham de colocar bombagens porque as infraestruturas estão a um nível inferior e, nesses casos, o que tem acontecido é que todos aqueles que não têm acesso à rede de drenagem fazem a sua reclamação e são recompensados de todas as verbas que, indevidamente, lhes tenham sido cobradas”.

Quanto ao Provedor dizer que *“lei é lei e, ninguém, está acima da lei. O assunto foi remetido para consulta pública não tendo havido qualquer intervenção em relação a esta matéria. E, aquilo que acontece é que o assunto terá de vir de novo a reunião da Câmara para ser aprovado em definitivo e submetido à Assembleia Municipal, porque só a partir daí é que produz os seus efeitos”.*

Face à resposta dada, interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins para questionar a partir de que data começaram a contar os trinta dias, para consulta pública, uma vez que o assunto continua disponível no site da Câmara e, também, consta do Boletim Municipal, o que em termos de datas lhe causa algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas.

Interveio a Senhora Chefe de Divisão, Dra. Sofia Félix, que prestou os esclarecimentos de que dispunha, tendo o Senhor Presidente acrescentado que, em relação aos prazos é uma situação que tem de ser analisada com a Jurista.

Quanto à sua validade e poder funcionar, o Senhor Presidente referiu ser uma situação que depende, obviamente, da decisão da Reunião da Câmara e da Assembleia Municipal.

Interveio de novo o Senhor Vereador, Dr. António Martins observando que *“de acordo com o que está no site, tudo indica que está em funcionamento, porque tem lá o horário do Provedor para se efetuarem marcações”.*

Ainda no uso da palavra e relativamente às fossas, disse ter apresentado a questão porque uma habitante da Pereira o questionou sobre o assunto e como o Senhor Presidente já tinha esclarecido que a limpeza gratuita se aplicava apenas em Alvoeira ficou, de facto, surpreendido com a afirmação dela, quando disse que agora esse serviço era gratuito, daí a sua questão.



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o assunto, o Senhor Presidente informou que *“nos Serviços não há ninguém que tenha recebido instruções do Executivo Municipal, nesse sentido. E, se alguém teve essa postura, eventualmente, poderá ter cometido um erro de operacionalidade e não ter cobrado a taxa, se é que isso aconteceu. No entanto, isso pode ser aferido com o nome da pessoa e verificar-se a situação”*.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os presentes, o Senhor Vereador, Carlos dos Santos iniciou a sua intervenção, começando por agradecer o convite que lhe foi endossado pelo Senhor Presidente, para a cerimónia de assinatura dos Protocolos com a Senhora Secretária de Estado, que decorreram no passado dia 21 de Março mas, por motivos profissionais, não lhe foi possível estar presente.

Seguidamente, agradeceu, também, o convite da Casa do Povo de Espariz para a Noite de Fados, realizada no passado dia 17 de Março, salientando a organização da iniciativa que, em seu entender, engrandece a cultura do concelho.

Depois felicitou a Direção da MAAVIM, da qual se orgulha por ser um dos fundadores, pelo encontro solidário que decorreu no dia 24 de Março e que, apesar das condições climáticas, juntou mais de mil e trezentas pessoas, designadamente, vítimas dos incêndios de outubro, voluntários, autarcas do País, deputados e outras entidades, manifestando o seu agradecimento a todos eles.

Também, em sede de felicitações, deu os parabéns à Presidente da Comissão de Melhoramentos de Meda de Mouros pela belíssima Palheira do último sábado, que é apanágio fazer todos os anos em Meda de Mouros.

No âmbito da construção das segundas habitações, solicitou ao Senhor Presidente um esclarecimento relacionado com o financiamento das mesmas, dado que, segundo o Orçamento de Estado, o financiamento nele contemplado para esse fim, passou para a responsabilidade das Câmaras, por um período de vinte anos. Perante este facto, questionou *“se a Associação Nacional de*



CÂMARA MUNICIPAL

Municípios e o Município têm feito alguma coisa nesse sentido, junto do governo ou se há algum desenvolvimento sobre as segundas habitações e do seu financiamento”, porque, em seu entender, “a ter de cumprir um período desses, haverá custos acrescidos para o Município”.

Seguidamente e embora não sendo técnico civil, referiu que os Vereadores do PSD, queriam lançar uma proposta que entendem ser da mais elementar justiça, relacionada com o licenciamento das casas devoradas pelos incêndios de outubro de 2017. Por isso *“gostaria que este Executivo elaborasse uma proposta para submeter à próxima Assembleia Municipal, em que os licenciamentos das casas destruídas e para evitar burocracias e custos para os seus proprietários, fossem licenciados com os pressupostos da legislação em vigor na altura, já que se trata de um catástrofe natural e excecional e não ao abrigo dos regulamentos da atual conjuntura que, como se sabe, é muito difícil e muita gente está a sofrer com isso”.* Portanto, é neste sentido que propõe que fosse feito algo ou aprovado algo, à semelhança do que já aconteceu em Arganil.

Finalizou a sua intervenção, dando nota do estado de destruição em que se encontram os caminhos agrícolas e respetivos agulheiros, solicitando uma vez mais ao Executivo camarário *“que faça um esforço no sentido de disponibilizar algumas verbas das famigeradas dívidas do anterior Executivo, para que as Juntas de Freguesia possam levar a efeito alguma obra”.*

Relativamente à questão colocada quanto ao Orçamento do Estado, o Senhor Presidente respondeu *“acho muito estranho, o Senhor vir questionar uma situação destas, quando isso implica endividamento e os Senhores são contra o agravamento do endividamento. E, isto implica agravamento de milhões. Eu quero dizer que, pela parte que me toca, não estarei disponível para entrar numa contratação dessas e o Município assumir essa responsabilidade. O Governo, no artigo 154.º da Lei do Orçamento refere essa questão que, na minha opinião, é uma medida que nem devia constar do Orçamento do Estado, porque não faz parte do mesmo. A Lei do Orçamento é para o Orçamento e aquilo é para as*



CÂMARA MUNICIPAL

Autarquias assumirem e que pode deixar dúvidas. Por isso, queria desde já dizer-vos, frontalmente, que enquanto Presidente da Câmara não estarei disponível para aceitar essa solução, porque isso implicava um agravamento de endividamento, que podem dizer que não conta para o endividamento mas, o que é certo, é que tem de ser pago".

Interveio o Senhor Vereador, Carlos dos Santos justificando que a sua questão era apenas com o intuito de aferir se se tinham movimentado nesse sentido.

Ao já referido, o Senhor Presidente da Câmara acrescentou que *"aquilo que estamos todos a fazer Senhor Vereador, é insistir e a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem feito esse trabalho, no sentido de exigir que o Governo se quer assumir que assuma, mas que não descarte para cima das Autarquias essa responsabilidade"*.

Quanto aos licenciamentos, o Senhor Presidente lembrou o Senhor Vereador que o assunto já tinha sido aprovado em reunião do Executivo e pela Assembleia Municipal, dando nota que o concelho de Tábua foi o primeiro município a aprovar isso.

Esclareceu, ainda, que os processos de licenciamento, em questão, são tratados pelos Serviços da Câmara juntamente com a empresa a quem a CCDRC adjudicar as obras, estando dispensados de pagamento de taxas quer sejam as primeiras habitações como também as segundas, assim como dos projetos de especialidades, numa série de áreas, resumindo-se o licenciamento apenas a uma comunicação prévia.

Sobre o assunto a pedido do Senhor Presidente, interveio a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira explicando que foi obrigatório através de Decreto-Lei que se estabelecesse um mapa com a área ardida, sendo que todas as edificações dentro da área ardida estariam isentas de taxas a nível municipal e estariam abrangidas por um projeto mínimo, tendo sido analisado caso a caso, pelo que todas as moradias anteriores a 1951 têm a sua área licenciada e quanto a isso não há dúvida nenhuma.



CÂMARA MUNICIPAL

Em relação aos caminhos, o Senhor Presidente da Câmara referiu que seria de toda a conveniência deixar estabilizar o tempo e os terrenos ficarem mais sólidos a fim de se poderem realizar as intervenções necessárias, porque caso contrário, criar-se-ão situações em que fique tudo intransitável.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:

Após apresentar, os habituais cumprimentos a todos os presentes, interveio o Senhor Vereador, Joaquim Garcia que ao ser conhecedor das medidas preconizadas pelo Governo, no âmbito da Proteção Civil em que vão ser designadas pessoas nas diversas localidades, para em tempo útil, acionar os meios de socorro em caso de catástrofe iminente, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimento quanto ao critério de nomeação dessas pessoas, atendendo à enorme responsabilidade que um cargo desses acarreta.

Por último e no seguimento da questão apresentada numa anterior reunião relacionada com a água dos fontanários das freguesias, questionou o Senhor Presidente se a qualidade da água dos mesmos já está nos parâmetros da lei.

Relativamente à primeira questão o Senhor Presidente informou tratar-se de uma competência do Presidente da Junta, no entanto, tem de se analisar a lei para ver o que diz nesse sentido.

Quanto aos fontanários, informou que os levantamentos estão a ser efetuados em todos eles para se verificar os que, realmente, têm água potável e os que não têm, de forma a solicitar às Juntas/União de Freguesia que coloquem nos mesmos a respetiva informação.

Findas as intervenções e os respetivos esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

1. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 03/18, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Deliberação n.º 74 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não participando na votação, o Senhor Vereador, Carlos Alberto dos Santos, pelo facto de não ter estado presente na reunião em questão.

2. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 04/18, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Deliberação n.º 75 - Presente a ata da reunião em referência, que após colocada a votação, obteve o resultado de três votos a favor, três votos contra e zero abstenções, uma vez que a Senhora Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira Carvalho, não participou na mesma, pelo facto de não ter estado presente na reunião em questão.

Constatando-se a existência de empate, foi a referida ata aprovada por maioria, fazendo o Senhor Presidente da Câmara uso do voto de qualidade consagrado no n.º 2 do art. 54.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 1, do art. 33.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA).

Relativamente à votação da ata em apreço, os Senhores Vereadores, Dr. António Luís da Silva Martins, Carlos Alberto dos Santos e Joaquim Manuel da Fonseca Garcia, apresentaram a seguinte declaração de voto:

- *“ Na ordem de trabalhos da reunião referida em epígrafe consta no seu ponto 4, “Contratação de Empréstimo Financeiro a Curto Prazo até ao montante de 700.000,00€/Análise de Propostas/Adjudicação”;*
- *O documento de suporte enviado previamente para tratamento deste ponto dava conta unicamente das propostas apresentadas pelas entidades bancárias, traçando uma comparação das mesmas.*



CÂMARA MUNICIPAL

Como se verifica, de forma bem clara, o que estava a votação era unicamente a análise das propostas e a consequente adjudicação à entidade bancária que apresentou as condições que melhor defendiam os interesses do município.

Perante o documento em análise e o teor nele inscrito, os Vereadores do PSD votaram favoravelmente, por considerarem ser a proposta inequívoca que melhor servia o município.

Se dúvidas houvesse, veja-se a posição assumida pelos Vereadores do PSD na Reunião Pública de Câmara n.º 2/2018, de 25 de janeiro, na existência de um ponto da ordem de trabalhos cujo objeto era "Contratação de Empréstimo Financeiro de Curto Prazo até ao montante de 700.000,00€/Ratificação", votaram contra, o que clara e inequivocamente foi votar contra o empréstimo e a ratificação desse ato do Senhor Presidente e, por isso, justificaram devidamente a sua posição com a declaração de voto aposta na ata.

Face ao exposto, consideramos completamente abusiva e de má-fé a colocação do complemento "bem como contratualizar o referido empréstimo", na frase em que se explicita o sentido da votação, adulterando em absoluto a deliberação tomada, devendo, por isso, o mesmo ser retirado".

Face ao teor da declaração de voto supracitada e por solicitação do Senhor Presidente da Câmara, interveio a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara, Dra. Sofia Félix, que prestou informação correta sobre os procedimentos legais a que uma contratação do empréstimo está sujeita, observando, ainda, não ficar bem as acusações proferidas sobre o trabalho administrativo efetuado.

Também, sobre a mesma, o Senhor Presidente alertou o Senhor Vereador, Dr. António Martins, para o facto de estar a pôr em causa a boa-fé das Técnicas do Município que redigiram e apresentaram a minuta, que foi aprovada e assinada por todos na referida reunião, não acreditando que não a tivesse lido com toda a atenção.

Interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins retorquindo que lhe parece de mau tom o Senhor Presidente direcionar as culpas aos funcionários que "se calhar são os que têm menos culpa, quando devia ser o Senhor Presidente a assumir. Peço desculpa, se de alguma forma, está a mexer com o vosso trabalho, que não devia ser. Até porque como todos sabem, estamos aqui a trabalhar duas



CÂMARA MUNICIPAL

horas rodeados de papéis e chego ao final das mesmas, porque estou concentrado no que estou a fazer e não tenho capacidade para analisar todas as minutas que me são colocadas à frente, de forma exaustiva. Portanto, não a li com atenção, como também não li todas as outras, porque faço boa-fé nas pessoas e, a colocação do complemento na frase "bem como contratualizar o referido empréstimo", foi claramente abusiva".

Perante o exposto e para um melhor entendimento de todos, o Senhor Presidente da Câmara solicitou que a secretária das Reuniões da Câmara fosse buscar o documento/proposta que esteve em votação, aquando da aprovação das cláusulas do empréstimo, tendo estranhado que os Senhores Vereadores do PSD tivessem votado favoravelmente, facto que o levou a perguntar pela segunda vez.

Interveio, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz dizendo que *"já pude referenciar isso na Assembleia Municipal e confesso que me causa algum desconforto estarmos numa reunião da Câmara com assuntos importantes e aquilo que se debate nestas reuniões, aliás com este Executivo e com esta oposição, são sempre questões de outras questões".* E, a esse propósito deu como exemplo o Hotel de Tábuas, referindo que *"quando, supostamente o contrato, ainda, não tinha sido assinado, a responsabilidade era do Senhor Presidente da Câmara e do Executivo. Agora, que já foi assinado no dia 21 de Março, as palavras de conforto foram poucas e já se põe em causa as quatro estrelas".*

Quanto à questão do empréstimo em apreço, passa-se o mesmo, ou seja, o assunto veio à Reunião da Câmara para ser escolhida a proposta com taxas de juros mais favorável ao referido empréstimo e os Senhores dizem *"nós até achamos que a taxa de juro era compensatória, mas não votamos o empréstimo e, agora estão preocupados?"*.

No seguimento destas palavras, interveio o Senhor Presidente da Câmara apelando a que os Senhores Vereadores do PSD *"tenham coerência nas suas posições e saibam realmente aquilo que estão a fazer"*.

Handwritten marks and signatures in the top left corner.



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Na sequência destas palavras, interveio o Senhor Vereador, Carlos Santos dizendo *"até temos muita coerência e muita paciência, porque o Senhor sabe que não temos condições de trabalho, como acontece noutros municípios do país que dão aos seus Vereadores um gabinete de apoio e nunca nos foi apresentada a listagem solicitada e no défice do Município as contas não estão assim tão bem. E, também, quero dizer ao Senhor Dr. Ricardo que quando disse que nos convidou para a Gala do Desporto, que não voltem a cortar as gravações porque a que nos foi apresentada aqui, foi adulterada em milésimos de segundos. Estamos entendidos?"*

Perante esta afirmação, foi aconselhado pelo Senhor Presidente da Câmara, como amigo e como Presidente, para ter atenção com o que está a dizer em público, porque pode responder por isso.

Seguidamente e após a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira ter lido, em voz alta, o documento/proposta solicitada pelo Senhor Presidente e prestados esclarecimentos complementares sobre a questão do empréstimo, o Senhor Presidente observou que *"o assunto está clarificado e que a minuta da ata foi aprovada, tendo os Senhores Vereadores assinado a mesma. Agora se quiserem inverter a vossa posição, é prestar declarações falsas. Por isso, não altero o conteúdo da ata e os Senhores se quiserem votem contra a ata. A responsabilidade é vossa e, portanto, assumam aquilo que estão a fazer"*.

3. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 05/18, DE 15 DE MARÇO DE 2018.

Deliberação n.º 76 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não participando na votação, o Senhor Vice-Presidente, Dr Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz, pelo facto de não ter estado presente na reunião em questão.

4. ADIBER - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA/CONCESSÃO DE SUBSÍDIO.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Deliberação n.º 77 - Presente uma missiva da ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, datado de 19 de Fevereiro findo, com registo de entrada no SGD desta Câmara em 21 de fevereiro de 2018, que se dá por reproduzida, solicitando um apoio a título de subsídio, no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), destinado ao desenvolvimento de iniciativas relevantes para o desenvolvimento socioeconómico da Beira Serra, tendo em consideração a parceria do Município com esta Entidade para implementar a estratégia de desenvolvimento local.

Atendendo a que o presente pedido se enquadra nas competências da Câmara previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, três votos contra e zero abstenções, atribuir à referida Associação e a título de subsídio, o montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), sendo o pagamento do mesmo efetuado de forma faseada, nos meses de março, abril e maio, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), mediante a celebração e assinatura de Protocolo.

Relativamente à votação contra o assunto, os Vereadores do PSD, apresentam a seguinte declaração de voto:

“ A ADIBER é uma GAL que tem como objetivo reclamar e promover investimentos na Beira Serra, tendo, na verdade, conseguido algum sucesso, essencialmente nos Governos liderados pelo PSD;

Todos sabemos que é também uma instituição, que está sempre muito próxima do PS;

Perante tamanha desgraça que a Beira Serra sofreu no passado mês de outubro, não vislumbramos qualquer ação de reclamação e confrontação do Governo pelas necessidades das populações desta região;

Competia à ADIBER chamar a si a defesa de investimento para quem tudo perdeu, dentro da região que se propõe defender, tendo sido nula a sua intervenção nesta matéria.

Por outro lado, temos muitas Juntas de Freguesia do Concelho com dívidas há mais de 4 anos por parte do Município, pelo que urge cumprir em primeiro lugar com as



CÂMARA MUNICIPAL

obrigações anteriormente assumidas, para que as freguesias possam fazer o seu trabalho em prol dos seus Fregueses”.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 6/2018, para produção de efeitos imediatos.

5. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE TÁBUA/PROJETO “PARLAMENTO DOS JOVENS”/REPRESENTANTE DAS ESCOLAS DO DISTRITO DE COIMBRA NA SESSÃO FINAL A REALIZAR NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA/CONHECIMENTO.

Presente o ofício n.º 325, datado de 1 de março de 2018, do Agrupamento de Escolas de Tabua, que se dá por reproduzido, dando conhecimento, que os alunos Joana Martins, Matilde Alexandre Nobre e Filipa Pinto, irão representar o referido Agrupamento e as Escolas do Distrito de Coimbra, na Sessão Nacional Final, nos dias 16 e 17 de abril, na Assembleia da República.

A Câmara tomou conhecimento.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CONTABILIDADE E FATURAÇÃO

6. 3.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 3.ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/CONHECIMENTO.

Presente a 3.ª Alteração ao Orçamento e a 3.ª Alteração às GOP, que acompanham a informação n.º 003/CF/18, da Contabilidade, datada de 27 de fevereiro de 2018, a fim de dar cobertura a encargos decorrentes da gestão orçamental, documentos que se dão por reproduzidos.

A Câmara tomou conhecimento.

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

7. CONCURSOS E CONSULTAS.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 78 - Presente o processo de Concurso Público n.º 01-E/2018 relativo à empreitada de "Requalificação da Praça Alexandre Herculano e Zona Envolvente", que se dá por reproduzido, para efeitos do estipulado no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua actual redacção.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à informação técnica n.º 004/2018, de 23 de março, do Sr. Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

1. Tomar a **decisão de contratar e autorizar a realização da respectiva despesa**, nos termos do n.º 1 do artigo 36º do CCP. O encargo total da empreitada está previsto no Plano Plurianual de Investimentos, tendo cabimento no Orçamento Municipal aprovado para o corrente ano através da rubrica 05 005 2017/15 2;
2. Adotar o procedimento de **Concurso Publico (sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia)** para a formação do contrato, nos termos da alínea b) do artigo 19º do CCP, com a referência CP 01-E/2018;
3. Adotar o valor de **250.650,00€ (duzentos e cinquenta mil, seiscientos e cinquenta euros)**, como **Preço Base** do procedimento, sendo entendido como o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela execução da totalidade da empreitada. Classificação CPV (objeto principal): 45233200-1 – Obras diversas de pavimentação;
4. Designar, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 67º do CCP, o seguinte **Júri**:
 - Presidente: José Luís Ferreira Lima, Chefe de Divisão;
 - 1.º Vogal: Célia Regina Simões Carvalho, Técnica Superior;
 - 2.º Vogal: Mónica Alexandra Fonseca Costa, Técnica Superior;



CÂMARA MUNICIPAL

- 1º Vogal Suplente: Maria Luísa Nunes Marques, Chefe de Divisão;
- 2º Vogal Suplente: Pedro Manuel Pinto dos Santos, Técnico Superior.

5. Prever a não contratação por lotes, nos termos do nº 2 do artigo 46º-A do CCP;
6. Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 43.º do CCP, relativamente aos elementos de solução de obra constantes do projecto de execução, e pelos motivos que se descrevem, considerar não exigíveis os seguintes:

- 6.1. *Levantamentos e análises de base e de campo* – O projecto de execução foi elaborado por técnicos habilitados, tendo em atenção as condicionantes existentes no local, mediante o levantamento das necessidades, estudos demográficos e topográficos e o conhecimento e experiência dos projectistas. Neste âmbito, os aspectos considerados relevantes para, designadamente, caracterizar o local, o edificado e a envolvente, constam das peças do projeto patente a concurso;
- 6.2. *Estudos geológicos e geotécnicos* – a natureza e composição do solo e subsolo onde vai ser implantada a obra, bem como a sua caracterização é do conhecimento dos serviços técnicos da CMT pela experiência adquirida em obras similares na área envolvente, considerando-se que a mesma é suficiente para a elaboração do projeto de execução, dado que os trabalhos de movimentação de solos se desenvolvem a baixas profundidades. Tais aspetos foram considerados em fase de execução do projeto patente a concurso;
- 6.3. *Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacte ambiental, nos termos da legislação aplicável* – elemento não



CÂMARA MUNICIPAL

exigível para o tipo de obra em causa, nos termos do disposto no Decreto-lei n.º 69/2000, de 3 de Maio;

- 6.4. *Estudos de impacte social, económico ou cultural, neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor* – elemento não exigível. Os trabalhos desenvolvem-se em espaço do domínio público;
- 6.5. *Resultados dos ensaios laboratoriais e outros* – elemento não exigível, tendo em conta o anteriormente exposto e o facto de não estar em causa a utilização de métodos, técnicas ou materiais de construção inovadores;

7. **Aprovar** os projetos técnicos de arquitetura e especialidades;
8. **Aprovar as peças do procedimento**, nomeadamente, a minuta do anúncio de concurso público, o programa de procedimento e o caderno de encargos, nos termos do n.º 2 do artigo 40º do CCP;
9. **Delegar**, no Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, a competência para prestar esclarecimentos, decidir sobre listas de erros e omissões e retificar as peças do procedimento, nos termos das alíneas a) e b) do nº 5 e nº 7 do artigo 50.º do CCP, bem como para as decisões sobre prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, nos termos do disposto nos nº 4 do artigo 64.º do CCP.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 6/2018, para produção de efeitos imediatos.

Presente o processo de Ajuste Direto n.º 14-S/2017, relativo à “Aquisição de Serviços de Consultoria em Gestão de Projetos Europeus e no Trabalho em Rede”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa Euroyouth Portugal, Unipessoal, Lda., pelo valor de 12.970,00€ (doze mil, novecentos e setenta euros),



CÂMARA MUNICIPAL

ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 18 de setembro de 2017.

A Câmara toma conhecimento.

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8. PISCINAS MUNICIPAIS/COMEMORAÇÃO DO DIA DO PAI E DIA MUNDIAL DA SAÚDE/PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS.

Deliberação n.º 79 - Presente a informação n.º 01/2018, datada de 13 de março em curso, da Técnica Superior na área das Piscinas Municipais, que se dá por reproduzida, onde é proposta a isenção do pagamento de taxas pela utilização livre da Piscina Coberta, no "Dia do Pai" e "Dia Mundial da Saúde", comemorados a 19 de março e 7 de abril, respetivamente, como forma de promover e incentivar os utilizadores à prática da natação.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, concordar com o pedido de isenção proposto, bem como ratificar, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o ato de deferimento praticado pelo Senhor Vice-Presidente, no que respeita ao "Dia do Pai".

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 6/2018, para produção de efeitos imediatos.

9. RUGBY CLUBE DE TONDELA/SELEÇÃO REGIONAL DO CENTRO SUB 16/PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TÁBUA/ISENÇÃO DE TAXAS.

Deliberação n.º 80 - Presente o e-mail, datado de 20 de março em curso, do responsável pelo Rugby Clube de Tondela, que se dá por reproduzido, solicitando a cedência do campo relvado do Estádio Municipal de Tábuia e respetivos balneários para realização de um Estágio de Páscoa da Seleção Regional do Centro Sub 16, no próximo dia 5 de abril, das 10h00 às 16h30.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Considerando haver viabilidade na cedência das referidas instalações para os fins, dia e horário pretendidos, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, isentar a mencionada entidade do pagamento de taxas, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 32.º do Regulamento do Regulamento do Estádio Municipal de Tábua.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 6/2018, para produção de efeitos imediatos.

10. RUGBY CLUBE DE TONDELA/SELEÇÃO REGIONAL DO CENTRO SUB 14 E SUB 15 FEMININOS/PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TÁBUA/ISENÇÃO DE TAXAS.

Deliberação n.º 81 - Presente o e-mail, datado de 19 de março em curso, do responsável pelo Rugby Clube de Tondela, que se dá por reproduzido, solicitando a cedência do campo relvado do Estádio Municipal de Tábua e respetivos balneários para realização de um Estágio de Páscoa da Seleção Regional do Centro Sub 14 e Sub-15 femininos, no próximo dia 3 de abril, das 10h00 às 15h30.

Considerando haver viabilidade na cedência das referidas instalações para os fins, dia e horário pretendidos, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, isentar a mencionada entidade do pagamento de taxas, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 32.º do Regulamento do Regulamento do Estádio Municipal de Tábua.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 6/2018, para produção de efeitos imediatos.

11. JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSA/ENCONTRO DE FOLCLORE DO RANCHO REGIONAL E FOLCLÓRICO DE CANDOSA /PEDIDO DE CEDÊNCIA DA SALA MUNICIPAL DE DESPORTO DE CANDOSA/ISENÇÃO DE TAXAS/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 82 - Presente para ratificação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o pedido de cedência



CÂMARA MUNICIPAL

das instalações da Sala Municipal de Desporto de Candosa, entre 13 e 17 de março, solicitado pela Junta de Freguesia de Candosa, através do e-mail datado de 9 de março em curso, que se dá por reproduzido, destinadas à realização do Encontro de Folclore do Rancho Regional e Folclórico de Candosa, do passado dia 17 de março.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato de deferimento da isenção do pagamento de taxas, concedido à mencionada entidade, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização das Salas Municipais de Desporto do Concelho de Tábuia, conjugado com a alínea a), n.º 2 do art.º 10.º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.

12. JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSA/REALIZAÇÃO DE CONVÍVIO DO RANCHO INFANTIL E JUVENIL DE VÁRZEA DE CANDOSA/PEDIDO DE CEDÊNCIA DA SALA MUNICIPAL DE DESPORTO DE CANDOSA/ISENÇÃO DE TAXAS/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 83 - Presente para ratificação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o pedido de cedência das instalações da Sala Municipal de Desporto de Candosa, solicitado pela Junta de Freguesia de Candosa, através do e-mail datado de 12 de março em curso, que se dá por reproduzido, destinadas à realização de um convívio do Rancho Infantil e Juvenil de Várzea de Candosa, na tarde do passado dia 18 de março.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato de deferimento da isenção do pagamento de taxas, concedido à mencionada entidade, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização das Salas Municipais de Desporto do Concelho de Tábuia, conjugado com a alínea a), n.º 2 do art.º 10.º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.



CÂMARA MUNICIPAL

13. LUIS RODRIGUES/REALIZAÇÃO DE PALESTRA DE NUTRIÇÃO GRATUITA/PEDIDO DE CEDÊNCIA DA SALA POLIVALENTE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 84 - Presente para ratificação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o pedido de cedência Sala Polivalente da Biblioteca Municipal, solicitado pelo Senhor Luís Rodrigues, membro independente da Herbalife, através do e-mail datado de 2 de março em curso, que se dá por reproduzido, para a realização de uma palestra de nutrição gratuita que decorreu no dia 24 de março, entre as 13h45 e as 22h00.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato de deferimento praticado pela cedência da referida infraestrutura municipal, para os fins, dia e horário solicitados.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezassete horas.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,

